

EDITORIAL

Este quinto número da REVISTA DA PGFN conta com nove artigos de Procuradores da Fazenda Nacional e dois pareceres adotados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Nos artigos de Procuradores da Fazenda Nacional são abordados os seguintes temas relevantes: a) reflexos processuais das dispensas normativas de impugnação da Fazenda Nacional no contencioso judicial tributário; b) a efetivação do princípio constitucional da eficiência pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o ajuizamento seletivo; c) o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na cobrança do crédito fiscal; d) segurança jurídica, modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade e especificidades em matéria tributária; e) o conteúdo do “produto da arrecadação” na repartição das receitas tributárias; f) o controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública; g) constitucionalidade da taxa de fiscalização mineral no estado do Pará; h) legalidade tributária, segurança jurídica e conceitos jurídicos indeterminados e i) hipóteses de responsabilização tributária pessoal do administrador de empresa.

Divulgam-se, nesta edição da REVISTA DA PGFN, dois importantes pareceres do órgão. O primeiro aborda a dispensa de impugnação judicial fundada em precedente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça julgado na sistemática dos arts. 543-B e 543-C do Código de Processo Civil. São analisadas as repercussões dessa modalidade de dispensa no âmbito das competências da Receita Federal do Brasil. O segundo parecer trata de imunidade tributária em relação às terras de remanescentes das comunidades dos quilombos.